

PATRIMÔNIO E MEMÓRIA; UMA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE HISTÓRICA SOCIOEDUCATIVA

Claudia Luciana Gonçalves da Silva Freitas

RESUMO: A presente pesquisa objetivou analisar o ensino de história nas escolas estaduais de Senhor do Bonfim-Bahia-Brasil e como se contempla a preservação e valorização pelos alunos e professores do patrimônio e memória local. O estudo foi do design não experimental, tipo descritivo e enfoque quantitativo. A técnica utilizada foi o questionário semiaberto feitos com professores e alunos nos encontros semanais de atividades complementares e com os alunos na sala de aula. Os resultados possibilitaram perceber que os professores e alunos tem a percepção de que as aulas de história contribuem para a preservação e valorização do patrimônio e memória local na construção de valores sociais e educativos. Em relação ao questionário dos alunos tonou-se uma divergência entre as respostas dos alunos do Colégio Estadual Senhor do Bonfim em relação a pratica docente.

Palavras chave: Ensino de História; Patrimônio; Preservação; Memória.

RESUMEN: La presente investigación tuvo como objetivo general analizar la enseñanza de la historia en las escuelas estatales de Senhor do Bonfim, Bahia-Brasil y como contempla la preservación y la valoración del patrimonio y la memoria local según los estudiantes y profesores. El estudio fue de diseño no experimental, tipo descriptivo y enfoque cuantitativo. La técnica utilizada fue el cuestionario semiabierto con profesores y estudiantes en reuniones semanales de actividades complementarias y con los estudiantes en el aula. Los resultados mostraron que profesores y alumnos perciben que las lecciones de la historia contribuyen a la preservación y mejora del patrimonio y la memoria local en la construcción de valores sociales y educativos. En relación con el cuestionario aplicado a los estudiantes se verificó que existe una divergencia entre las respuestas de los alumnos del Colegio Estatal Senhor do Bonfim en relación con la práctica docente.

Palabras clave: Enseñanza de la historia; Patrimonio; Conservación; Memoria.

INTRODUÇÃO:

O interesse com a preservação da memória histórica e, por extensão do patrimônio cultural é um acontecimento que vem se caracterizando nos últimos anos, daí que um número considerável de instituições, sejam públicas e privadas, organizações não –governamentais, segmentos sociais dos mais diversas tem tomado iniciativas para criação de centros de memória visando preservar o patrimônio histórico visto que é uma questão de cidadania e, como tal interesse de todos para a construção da identidade cultural.

Durante um grande período, o olhar sobre as questões culturais girou em torno dos patrimônios concretos. Somente a partir da Constituição Federal/88 que foi regulamentado um conceito de patrimônio cultural agregado a um patrimônio intangível trazendo um resgate histórico com os bens imateriais trazidos na memória coletiva e individual do povo.

Percebendo que a história regional vem ganhado cada vez mais destaque no ensino de História, buscou-se estudar questões relativas ao patrimônio e memória e suas relações com a educação, pois somente através do seu reconhecimento é que o indivíduo passa conhecer, valorizar e incorporar a sua experiência cotidiana atribuindo assim um valor histórico, cultural e etnográfico. Neste contexto o ensino de história se faz necessário para resgatar a história dos nossos antepassados, possibilitando o conhecimento dos bens culturais do patrimônio histórico a fim de estimular nos educandos o senso de preservação da memória social e coletiva como condição indispensável à construção de uma nova cidadania e identidade nacional plural.

Assim a escola e principalmente o ensino de História tem um papel fundamental nesse processo de confronto que a História faz ao longo dos tempos, principalmente relacionado a cultura de um povo. E ela em última instância, o loco privilegiado para o exercício da cidadania, na qual se expressa no conhecimento e na valorização dos elementos que formam o nosso patrimônio histórico e cultural. Com a perspectiva de conhecer a visão sobre o patrimônio e memória no ambiente escolar, a partir das percepções dos professores e alunos, pretende investigar:

O Ensino, patrimônio e memória: uma visão histórica socioeducativa.

O ENSINO DE HISTÓRIA E SUA IMPORTÂNCIA

Considerando as exigências do mundo globalizado percebe-se que o ensino, especificamente o ensino de história, exerce um papel importante na formação e conseqüente desempenho do cidadão. A história deve ser a disciplina que pode explicar às crianças e adolescentes a importância da preservação da cultura que foi construída através dos tempos e que levaram o mundo a se transformar.

O que seria então, a disciplina História? De acordo com Le Goff (1997), é o estudo dos fatos que aconteceram no passado, como também os fatos do presente e do futuro que um dia farão parte da história do homem. Os fatos históricos são transmitidos de geração para geração através da escrita como também através da oralidade.

A palavra História surgiu na Grécia (historie) e significa “investigar, procurar, ver” (Le Goff, 1990). Este autor menciona que a História “iniciou como sendo simples relatos, porém com sua evolução, se tornou muito mais, é considerada uma prática social, e nela uma importante característica se destaca, a de que cada acontecimento é único. A História é uma ciência que analisa e descreve como os fatos aconteceram” (Le Goff, 1990, citado por Merlo, 2015, p. 33). Então a escola tem que ensinar História de forma social, política, econômica e cultural, para poder entendermos o mundo globalizado. Assim surgem as seguintes indagações: Para que aprender História? Por que aprender História? Para adquirir conhecimentos que propiciem a vida em sociedade e para desempenhar as funções de cidadania, pois ao conhecer as culturas de diversos lugares, o aluno compara, explica, compreende e especializa as múltiplas relações estabelecidas por diferentes sociedades na construção de seu espaço histórico. Ao adquirir esses conhecimentos, ele adquire também uma maior consciência dos limites e responsabilidades da ação individual e coletiva com relação ao seu lugar e a contextos mais amplos, de escala nacional e mundial.

De acordo com Hobsbawm (2008, p.123), no seu balanço sobre o último século, afirma que a destruição do passado ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal às das gerações passadas é um dos fenômenos mais características e lúgubres do final do século XX O ensino de História, ao longo do tempo, tem enfrentado desafios, porque sofre a influência e se submete a orientações políticas do grupo dominante. Segundo Silva (2016, p. 7):

Entre os anos de 1940 a 1960 o Ensino de História foi alvo de discussões acerca das orientações políticas para o ensino. Emerge também a ideia da adoção dos estudos sociais em substituição da História autônoma. Dessa forma, os estudos sociais atenderam com maestria o plano de governo dos militares que assumiram a presidência do país a partir do ano de 1964 e efetivado nas escolas de Primeiro e Segundo Grau com a lei nº 5.692, em 1971.

Assim estudar História é relevante para que o aluno compreenda como surgiram e porque são desenvolvidas diversas ações que fazem parte de seu cotidiano, da sua comunidade, de seu país e até do mundo.

Para Moreira (2011) ao estudar História, o aluno compreende como as culturas, economias, estruturas e políticas se desenvolveram, como aconteceram os fatos do passado. Conhecer o passado é entender como foram feitas as ações histórico-culturais da humanidade, ações estas que serviram de base para o planejamento do presente e do futuro do homem.

Nascimento e Afonso (2016, p. 30) afirmam: O ensino de História é muito importante para que se tome conhecimento da origem e formação de um determinado povo, “através dela é possível compreender como desenvolveram a cultura, estrutura do ambiente ou localidade, política, economia e demais diferenças sociais da população”.

Percebe-se então como é essencial estudar História, conforme relata Pereira (2013) citado por Nascimento e Afonso (2016, p. 31): “O conhecimento da história da civilização é importante porque nos fornece as bases para compreender o nosso futuro, permite-nos o conhecimento de como aqueles que viveram antes de nós equacionaram as grandes questões humanas”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em seu artigo 26º, § 4º, discorre sobre o ensino da História do Brasil: “As contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (Nascimento; Afonso, 2016, p. 30).

Neste contexto, a disciplina História era ministrada somente no Ensino Médio e os professores eram alvos de vigilância contínua, devendo seguir fielmente as orientações dadas pelo governo, que impunha e ditava os temas e a forma como deviam ser abordados em sala de aula. Com o fim da ditadura militar, aconteceu então uma campanha para que a disciplina

fosse ensinada de maneira livre e construtiva, independente das ideologias políticas, surgindo então os Parâmetros Curriculares Nacionais no ano de 1998. Estes, então, baseados no fracasso escolar relativo à disciplina História, sentiram a necessidade de criar um ensino de História autônomo e construtor da identidade nacional (Reis, 2003).

Desta forma, foi colocado em prática um ensino que abrangesse diferentes espaços e que desenvolve nos alunos a consciência histórica. Assim, torna-se mais importante o ensino de História e de patrimônio cultural, que “permite o trabalho em espaços escolares e não escolares, com a história regional, o saber local e com diversas temporalidades que permeiam os objetos e espaços de memória, levando o estudante a realizar uma releitura do mundo que o cerca despertando o interesse em resolver questões significativas para a vida pessoal e coletiva (Silva e Delgado, 2014 citado por Silva, 2016, p. 7).

Quando a disciplina História aborda a história local, as manifestações artísticas, culturais, religiosas e sociais locais, rompe com o ensino tradicional mecânico baseado nos relatos dos livros, e que não despertava o interesse e a motivação nos alunos, em aprender uma realidade que não era a deles. Assim o professor tem que mudar sua prática pedagógica, relacionando o passado com o presente.

Nascimento; Afonso (2016, p. 26)

A função pedagógica da disciplina de história, aplicada de maneira adequada, é formar e desenvolver características dos alunos, além de, incentivar o aluno a desenvolver reflexões, opiniões, senso crítico, senso coletivo e participativo, despertando interesses e curiosidades, querendo formar sua própria história, inicialmente em seu meio de convívio expandindo para espaços maiores.

O ensino é uma prática social complexa, carregada de conflitos de valor e que exige posturas éticas, políticas e de mudanças. O ensino de História não pode ser apático, com a mesma filosofia e metodologia dos tempos antigos, onde os alunos se limitavam a ler e escrever, onde eles ficavam estáticos recebendo informações obsoletas de forma mecânica, sem conseguir relacionar os conteúdos teóricos com a sua realidade, sem separar as informações relevantes das que nada acrescentariam ao seu crescimento intelectual.

Nos tempos da clonagem, do genoma humano, das inovações tecnológicas, é preciso despertar nos nossos alunos o gosto pela escola, o prazer de estudar, a importância do

conhecimento, do saber e fazer, das competências e habilidades para que possamos inseri-los neste contexto literário, histórico sociocultural que vivemos como cidadãos críticos, reflexivos, participativos e conscientes do seu papel na sociedade local e global (Abreu, 2003, p. 5). Um ensino de história eficiente é aquele que desenvolve uma didática envolvente e motivadora, que auxilia o aluno naquilo que ele precisa para aprender, analisar, compreender, deduzir, sintetizar, aprender a aprender, fazendo com que ele dê margem ao seu saber, produza seus conhecimentos, busque suas informações, resgate suas atitudes e valores, buscando também o seu ser, como pessoa.

Ensinar História é importante para que o aluno construa sua identidade local e está identidade local só será possível se forem construídas as identidades pessoais e sociais, pois estas estão relacionadas à memória, permitindo que cada geração crie vínculos com as gerações anteriores. Desta forma, conhecer o passado serve como orientação para enfrentar as incertezas do momento atual e dos momentos futuros.

Ensinar a história local, da comunidade onde o aluno vive, é o ponto de partida para aprender a história do Estado, do país e do mundo, sendo uma referência para a construção da identidade do aluno, possibilitando a compreensão do entorno do aluno e do conhecimento do passado e do presente em seus diversos espaços de convivência (Abud, 2014).

Neste contexto, os alunos passam a observar e compreender os fatos acontecidos no passado de sua comunidade, fatos estes que contribuíram para a construção das identidades culturais locais e da diversidade cultural existente em sua cidade. Segundo Barros 2016, p.15

O ensino de História pode também possibilitar ao aluno reconhecer a existência da história crítica e da história interiorizada e a viver conscientemente as especificidades de cada uma delas. O estudo de sociedades de outros tempos e lugares pode possibilitar a constituição da própria identidade coletiva na qual o cidadão comum está inserido, à medida que introduz o conhecimento sobre a dimensão do 'outro', de uma 'outra sociedade', 'outros valores e mitos', de diferentes momentos históricos.

E para tal, aluno precisa aprender a pensar historicamente porque se nele for desenvolvida uma consciência histórica, ele aprenderá a fazer conexões entre a história, sua vida cotidiana e a aprendizagem. Uma das propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais

(PCNs) é de que o ensino de História deve contemplar inicialmente, os estudos históricos no presente, identificando as semelhanças e diferenças entre o aluno e seus familiares, estudando e conhecendo o passado de sua família (Barros, 2016).

Aprender História significa construir a noção de identidade, portanto, é essencial que sejam estabelecidas relações entre as identidades individuais, coletivas e sociais, porque somente assim será formada a cidadania no aluno, conduzindo-o a pensar sobre sua participação nos fatos históricos de sua comunidade e sobre suas raízes culturais e históricas.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL: CONHECIMENTO E IDENTIDADE HISTÓRICA

Pensar o passado em busca de um futuro sempre remeteu ao estudo do Patrimônio, que procurar situar a História de um povo ao longo do tempo. Nesta perspectiva o conceito de patrimônio resulta da seleção dos certos elementos, algumas lembranças como algo que recorda, lembra, marca; enquanto outros são passíveis de esquecimento e destruição, mesmo aquelas intangíveis.

Viana (2009, p.61) salienta que quando se fala na palavra “patrimônio” vem logo à mente prédios antigos, museus, manifestações culturais, objetos preservados, etc., ou seja, tudo que tem um valor cultural para determinados povos. “Nos transporta à propriedade privada, algo material herdado e pertencente a alguém. Esta construção de patrimônio pode nos remeter a necessidade de algo a ser preservado e protegido pelos sujeitos sociais”.

Patrimônio é definido também por Canclini (1994 citado por Peixoto, 2010, p. 61), como sendo os bens culturais visíveis e invisíveis, associado ao conceito de cultura,

“onde se inclui hábitos, costumes, tradições, crenças e um acervo de realizações materiais e imateriais”. Este acervo de culturas materiais e imateriais deve fazer parte da formação do aluno, através do ensino de História, para que ele seja formado na vida e para a vida, para exercer a sua cidadania de forma concreta e ampla.

O termo patrimônio histórico e cultural, antigamente, se referia somente às edificações antigas e aos sítios arquitetônicos, não se estendendo à dimensão imaterial do patrimônio histórico e nem era considerado importante para ser abordado nas escolas. Desta forma, apenas os bens históricos valiosos faziam parte do patrimônio histórico, deixando de lado a pluralidade étnico-cultural que contribuiu para formar o país (Maltez et al., 2010).

“O senso comum relaciona a expressão patrimônio histórico, com frequência, apenas a prédios, monumentos e demais edificações de notável valor históricoarquitetônico que, pelo seu caráter de excepcionalidade, devem ser preservados” (Oriá, 2001, p. 131). Patrimônio histórico lembra sempre museus, centros de cultura, objetos preservados, prédios antigos e manifestações culturais. Viana (2009, p.16) esclarece que:

Nos transporta à propriedade privada, algo material herdado e pertencente a alguém. Esta construção de patrimônio pode nos remeter a necessidade de algo a ser preservado e protegido pelos sujeitos sociais. A noção de patrimônio cultural mais tradicional ligada a algumas correntes da museologia nos orienta a valor, algo que está por se perder e precisa ser retomado, uma produção cultural congelada sacralizada pelos monumentos e coleções preservadas nos museus tradicionais.

Os lugares e as construções antigas transportam ao passado, fazendo evocar as pessoas que os construíram e que já não estão mais aqui, denunciando a passagem do tempo, demonstrando a cultura dos antepassados e a forma como eles viviam e construíam sua identidade, legando aos seus descendentes a história de suas raízes. Os prédios antigos, os prédios em ruínas, os escritos antigos, os objetos expostos nos museus, dentre outros, são a materialização da memória de um determinado povo. Neste contexto, as sociedades atuais passaram a lutar pela preservação de sua história e de seu patrimônio físico/cultural porque eles contribuem para a construção de sua identidade.

Atualmente vem crescendo o interesse pela ampliação do conceito de patrimônio cultural, em como a participação da sociedade civil organizada, através das mais variadas entidades e associações de classe tais como: o Instituto de Arquitetos Brasileiros (IAB) a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), a Associação Nacional de História (ANPUH) frente a seleção e preservação dos bens culturais e, mais ainda, exigindo uma nova postura da administração pública com relação ao assunto.

O “patrimônio cultural”, terminologia substantiva á de “patrimônio histórico e artístico” é constituído de unidades designadas “bens culturais”. Pôr sua vez, podemos definir “bem cultural” como sendo segundo Godoy.p.72

Toda produção humana, de ordem emocional, intelectual e material, independentemente de sua origem, época ou aspecto formal, bem como a natureza, que

propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia

Via de regra, quando se fala em patrimônio, associa-se ao concreto, ao patrimônio material, formado de bens e obras que remetem à riqueza, os quais possuem algum valor afetivo ou são resultantes de heranças. Entretanto, patrimônio não se refere apenas a herança e sim, aos fatos realizados pelos antepassados, experiências e memórias, tanto individuais como coletivas. É a herança cultural dos grupos sociais, que fornece informações sobre a forma de viver e de agir das sociedades (Rocha, 2012).

Segundo Pelegrini (2007, p. 1), o patrimônio cultural possui a “capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele, e por isso, é alvo de estratégias que visam a sua promoção e preservação”. Este termo “patrimônio cultural”

está associado aos “conceitos de memória e identidade, uma vez que entendemos o patrimônio cultural como locus privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade” (Pelegrini, 2007, p. 1).

Patrimônio cultural evoca lembrança e memória, salienta Rocha (2012, p. 5), “uma vez que os bens culturais são preservados em função da relação que mantêm com as identidades culturais” Uma vez que patrimônio remete ao passado, é vivenciado no momento presente é transmitido às gerações futuras, então ele é “historicamente construído e conjuga o sentimento de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos, sentimento esse, que acaba por assegurar uma identidade cultural”, enfatiza Rocha (2012, p. 5).

O patrimônio histórico só é possível existir se houver a memória porque esta permite conhecer os costumes de determinada sociedade. “A lembrança proporcionada pela memória permite aos sujeitos reencontrarem as imagens de seu passado, prolongando o passado no presente. Quando esta memória enfraquece, quando desaparece o grupo que lhe deu suporte, entra em cena a história, sendo então necessário institucionalizá-la”, ressalta Peixoto (2010, p. 60). Portanto, o patrimônio Cultural é importante porque resgata a identidade e os valores de uma sociedade. Sempre se ouve falar que um povo sem história é um povo sem memória e está fadado ao esquecimento. Cuidar e preservar as suas raízes deve fazer parte do comportamento de cada um dos cidadãos, pois as futuras conquistas são resultantes dos atos e descobertas praticados no passado do ser humano. Os fatos passados fazem parte do

patrimônio histórico cultural de um povo e como tal devem ser ensinados de pai para filhos, de geração para geração.

Para falar mais a respeito de Patrimônio Cultural é preciso significar esse termo. Patrimônio cultural [...] vai além de uma edificação, ele também está ligado ao sentimento de pertencimento, às memórias individuais e coletivas dos sujeitos que usufruem do espaço no qual ele está inserido. É preciso investigar o patrimônio cultural edificado para além do interesse econômico, mas como agente ativo da memória local (Santos, 2014, p. 18).

Rüsen (2001, p.63) ressalta:

a importância da preservação do patrimônio cultural afirmando que “O passado é, então, como uma floresta para dentro da qual os homens, pela narrativa histórica, lançam seu clamor, a fim de compreenderem, mediante o que dela ecoa, o que lhes é presente sob a forma de experiência do tempo (mais precisamente: o que mexe com eles) e poderem esperar e projetar um futuro com sentido”.

O IPHAN, instituição federal responsável pela proteção do patrimônio arqueológico do Brasil, ao preservar a memória e, assim, participar da construção da ideia nacional brasileira, está realizando uma tarefa acadêmica e educativa que não deve ser vista como responsabilidade restrita de um pequeno grupo de técnicos.

A alfabetização cultural é relevante no sentido de fazer com que o aluno passe a observar com outros olhos o patrimônio e as memórias históricas, refletindo sobre seu contexto social cultural, valorizando o contexto cultural coletivo. “Explorar o patrimônio na escola significa incluir e valorizar memórias dos contextos socioculturais, que ao lado das

Memórias dos monumentos, podem se constituir num proveitoso diálogo para o processo de ensino-aprendizagem” (Viana, 2009, p. 39).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi realizada em Senhor do Bonfim, Bahia, Brasil, situada ao norte da Bahia, nas Escolas Estaduais: Colégio Estadual Senhor do Bonfim e Colégio Tancredo Neves, no ano de 2018. O Colégio Estadual Sr.do Bonfim atende a uma clientela de ensino

médio regular e o Colégio Tancredo Neves oferece também o ensino médio profissionalizante na área de saúde.

Foram pesquisados 6 professores de História, todos com formação específica sendo um mestre em educação, ressalta-se que foram 3 professores de cada escola e 26 alunos do segundo ano do turno matutino, foi constituído de 30 alunos, sendo 15 alunos de cada unidade escolar. Diante das perspectivas mencionadas essa pesquisa visa responder a seguinte pergunta: O ensino de história contribui para a valorização e preservação do patrimônio e memória local?

È uma pesquisa de natureza quantitativa. A pesquisa estará mensurando dados em números, tabelas e gráficos com as técnicas de estatísticas para averiguar a hipótese em pesquisa e confirmar com exatidão a teoria.

O tipo é descritivo, para Sampieri Colado e Lucio, (2013, p.102): “os estudos descritivos buscam especificar as propriedades, as características e os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno que se submeta a uma análise “.Com o desenho não experimental, que segundo Sampierri,Collado e Lucio,(2006) é quando realiza a investigação sem manipular deliberadamente as variáveis de corte transversal.

O desenvolvimento dessa pesquisa percorreu as seguintes etapas: definição do problema a ser investigado, seleção da população e amostra, aprofundamento teórico, formulação das hipóteses, coleta de dado, tabulação dos dados, interpretação dos resultados e redação final. Como técnica para coleta de dados foi utilizado como instrumento de pesquisa o questionário com o intuito de refletir sobre: Ensino, patrimônio e memória: uma construção de identidade histórica socioeducativa.

O questionário foi eleito para coletar informações sobre o ensino de história e de que forma existe a valorização e preservação do patrimônio histórico cultural local, que pode ser definido como uma técnica de investigação social composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesse, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado(Gil,2008).

Nesta pesquisa o questionário adotado foi do tipo fechado é aquele que utiliza questões que tem categoria ou opções de respostas previamente delimitadas. Ao responderem a um questionário os sujeitos da pesquisa especificam seu nível de conhecimento com uma afirmação. Sendo que a intenção da pesquisa é calcular a porcentagem, não utilizado uma escala nas respostas simples pra saber o quantitativo.

A análise para a validação foi feita por(2) professores doutores sendo uma do Paraguai e o outro da Espanha. Os professores analisaram a relevância das perguntas do questionário com os objetivos da pesquisa, onde o avaliador poderia julgar marcando um (X) existisse coerência e clareza nos questionamentos.

INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo fez-se um estudo das respostas obtidas através do preenchimento dos questionários de professores e alunos, apurando-se os dados e analisando-os. Apresentou-se os resultados da pesquisa feita no Colégio Estadual Senhor do Bonfim e Colégio Democrático Tancredo Neves.

Notou-se que a disciplina de história tem favorecido a descoberta de um patrimônio comum possibilitando sua preservação pois só assim serão conhecidos pelas futuras gerações como afirma: Sutil (2016, p. 5) é concordante com as respostas destes professores ao dizer que a disciplina história pode “estimular e ensinar o aluno a perceber a diversidade de fontes e documentos disponíveis, a variedade de pontos de vista históricos”. A partir daí o aluno percebe que o conhecimento histórico é uma construção coletiva e não algo que se adquire aleatoriamente.

Germinari e Buczenko (2012) ratificam as respostas acima e asseguram que a disciplina História faz com que o aluno perceba e valorize o patrimônio e a memória, “utiliza-se da história local para que a criança entenda que faz parte de uma história que está em seu entorno, principalmente da cidade onde vive”

Observou-se que sempre são realizadas ações que busquem valorizar, preservar e proteger o patrimônio comum pertencentes a todos.

Estes resultados são concordados por Da Silva (2017, p. 4) pois ele diz que é importante se preservar o patrimônio histórico de uma comunidade e que são “necessárias

ações educativas que visem despertar o interesse sobre a memória, as manifestações e produções do local. Para essas ações educativas atribuímos o conceito de Educação Patrimonial”.

A escola tem a obrigação e responsabilidade de ensinar a proteger o patrimônio histórico e cultural, uma vez que a memória de todos é registrada através dos bens culturais que compõem o patrimônio, que é o elo de ligação entre o passado e o presente e, desta forma, os registros do passado devem ser preservados por todos, pois fazem parte de um patrimônio comum.

Estas afirmativas da maioria dos professores são compartilhadas por Schmidt e Garcia (2003), quando eles afirmam que a disciplina História possibilita inserir o aluno na comunidade da qual é parte, criando a historicidade e a identidade dele, levando-o a refletir sobre a realidade em que vivem.

A disciplina História possibilita aos alunos refletirem sobre os valores históricos locais e globais, relacionando-os com os fatos e obras históricas inerentes à sua localidade e às sociedades nacional e mundial. Possibilita ainda conhecerem a importância dos fatos históricos e de sua preservação para as gerações posteriores.

A maioria dos professores pesquisados afirmaram que ao se voltar para o ensino da história local, o professor faz com que o aluno se perceba como uma parte desta história, como sujeito desta história, passando a se interessar pelos acontecimentos que já houveram em sua comunidade e passando a aprender mais a história de sua cidade. Geralmente, parece acontecer de, nas aulas de História, serem abordados assuntos de locais distantes da realidade do aluno, o que não lhe causa nenhuma curiosidade em aprender. Mas, quando se fala dos fatos históricos acontecidos no município onde o aluno mora, aí então a aprendizagem histórica acontece, porque foi despertado nele o interesse em conhecer estes fatos.

Acredita-se que, dependendo de como ocorre o processo de ensino/aprendizagem de História, a construção da identidade histórica e cultural dos alunos pode acontecer durante todo o processo educativo

Vaz, Pereira e André (2015) acha que a identidade histórica é sempre construída:

“Podemos perceber a construção da identidade através das interações com os diferentes sujeitos e espaços sociais, nos quais buscamos, a todo tempo, construir significados para si mesmos” (p. 307).

A comunidade escolar “sempre” participa da construção da identidade histórica cultural mas para tanto é necessário a ampla participação da comunidade escolar

A participação da comunidade escolar na construção da identidade histórica cultural do aluno, é um fator primordial para que essa construção se concretize de forma satisfatória.

A construção da identidade está relacionada ao ambiente em que o aluno vivencia suas experiências e às suas origens. Deste modo, as questões históricas, políticas, culturais, religiosas e territoriais são muito importantes, fazendo com que o aluno se sinta pertencente ou excluído do ambiente ao qual está inserido (Vaz, Pereira e André, 2015, p. 311

Notou-se que grande parte dos professores acreditam que exista uma relação entre a formação da identidade histórica e os conteúdos abordados durante as aulas de História.

É evidente que os conteúdos abordados em sala de aula, referentes ao ensino de História, poderão ou não contribuir para a construção da identidade histórica dos alunos. A omissão de alguns conteúdos nas aulas de História poderá contribuir para desconstruir a identidade histórica do educando.

“A partir dessa ideia acreditamos que a ausência de determinados conteúdos no currículo de História irá interferir na identidade dos alunos e reconhecimento de alguns sujeitos históricos como personagens ativos na formação do Brasil”, afirma Bittencourt (2011, p. 11).

Quanto a proposta curricular os professores enfatizaram que uma escola deve, no ensino de História, relacionar conteúdos referente ao patrimônio e memória porque se assim não o fizer, o ensino/aprendizagem de História não surtirá o efeito desejado que é formar um cidadão consciente de sua história.

Segundo Bittencourt (1991) citado por Melo (2013), o currículo da disciplina

História nas escolas “não deve se prestar apenas ao papel de narrar a história, mas de (re) elaborar os saberes históricos, juntamente com os alunos. O professor de História ainda tem o papel de transmitir uma “memória nacional” (p. 5)

As respostas dos professores são corroboradas por Silva (2007), quando ele diz que a prática curricular deve “introduzir conteúdos [...] relacionados à Educação

Patrimonial”, para que os alunos “saibam identificar os laços que os identificam e estabelecer uma nova estratégia de reconhecer suas características culturais e desenvolver na sociedade valores de cidadania” (p.23).

Os docentes mostraram que um ensino voltado para uma educação histórica é centrado no patrimônio cultural da comunidade, sendo um processo constante e plural, resultando na formação da identidade histórica dos alunos, sendo um processo de enriquecimento individual e coletivo. “Significa tomar os objetos e expressões do patrimônio cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos” (Medeiros e Surya, 2012, p. 279).

No contexto destes resultados, Fernandes (2004) afirma que a maioria dos “professores não incorpora em suas práticas o fazer histórico em sala de aula, resultando, entre outras deficiências, em pouco empenho no trabalho com as fontes da memória e da documentação pessoal e escolar, na constituição dos saberes local e escolar no cotidiano da sala de aula (p. 34).

Acredita-se que o professor, para construir uma identidade histórica nos alunos, deve focar a história da cidade durante suas aulas, munindo-se de documentos e objetos que fazem parte do passado da comunidade local, refletindo e criando atividades didáticas que possibilitem a construção do saber histórico escolar.

No que diz respeito à valorização da história local contribuir para formar um ser histórico e social, todos os professores responderam afirmativamente a esta questão, denotando que sabem a importância de se valorizar a história local na aprendizagem dos alunos.

Fernandes (2004) corrobora estes resultados salientando que “o estudo do patrimônio cultural local é muito importante para o ensino de História, pois permite estabelecer um diálogo com o passado por meio de uma existência material (p. 93)

Referindo-se aos conteúdos proporcionarem a construção de uma memória comum e o reconhecimento da cultura, todos os docentes disseram que sim, que os conteúdos trabalhados em sala de aula, se forem inerentes à história e à cultura, construirão a memória comum dos alunos.

É através dos conteúdos ensinados na sala de aula “que o professor de história precisa pensar e construir propostas pedagógicas que contribuam para o pleno desenvolvimento de uma memória comum [...]”, afirma Guimarães (2012) citado por

Sutil (2016, p. 3).

O conteúdo da disciplina História devem ser trabalhados de forma que conduzam os alunos a refletirem e a adquirirem uma memória comum, reconhecendo a sua cultura local. Ficou evidente a postura da maioria dos professores que “Conhecer o nosso passado e preservar a memória e a cultura é requisito para as ações no presente”.

Abordar as noções de patrimônio histórico e cultural e da memória significa alfabetizar culturalmente, possibilitando aos alunos conhecerem a história da sua comunidade e dos seus antepassados, levando-os a compreenderem o universo cultural e a trajetória histórico-temporal em que estão inseridos, salienta Pacheco (2010).

Acredita-se que é importante resgatar a memória coletiva, pois este fato significar valorizar o passado e seus legados, é valorizar todos os fatos acontecidos em épocas remotas, é construir a história atual baseada nos fatos históricos anteriores, é construir a cidadania histórica.

Le Goff (2003) corrobora com os resultados desta questão, afirmando que memória coletiva é identidade social porque somos seres históricos. É relevante resgatar esta memória porque ela é “o acúmulo de referências de outras épocas que formam a estrutura da sociedade em que estamos inseridos. Estas referências constituem o patrimônio cultural” (p. 12).

“A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção” (Le Goff, 2003, p.

As respostas dos professores que responderam positivamente são corroboradas por Pacheco (2010) quando ele afirma que o planejamento didático deve valorizar os bens culturais das sociedades, principalmente os bens culturais das comunidades locais, pois quando são conhecidos pelos alunos, passam a ser incorporados às suas vivências.

Todos os professores que responderam ao questionário, informaram que sempre fazem a articulação do saber histórico com o saber pedagógico durante o ensino de História.

Este resultado é defendido por Da Silva (2017, p. 8) quando ele diz que quando se faz a ligação entre os conteúdos de História com o saber pedagógico:

possibilita atividades investigativas dos usos do espaço geográfico, dos recursos naturais, das manifestações artísticas, religiosas e sociais locais e permite um rompimento com um ensino de história mecânico que se atém a currículo petrificado da história dos grandes heróis nacionais que foi muito praticado no passado.

É necessário que nas aulas de História seja feita a articulação entre o saber histórico e o saber pedagógico, para que o exercício da cidadania seja concretizado. O aluno precisa entender o saber histórico faz parte da aprendizagem pedagógica.

Quando foi perguntado ao alunos se sua professora lhes solicita que entrevistem seus pais ou pessoas da comunidade sobre os fatos culturais da sua comunidade.

Observou-se que, diante destes resultados que há um consenso ente as respostas dos alunos dos dois colégios, denotando que os professores realmente não estão inovando a sua metodologia, parecem se limitar a um ensino de História baseado apenas nos livros didáticos, sem priorizar a história local.

É importante que o ensino de História aborde os fatos históricos da comunidade entorno do aluno e do município onde ele vive, para que haja uma maior compreensão sobre o passado e seus acontecimentos, resgatando a identidade histórica, social do aluno.

Barbosa (2006) citado por Barros (2016, p. 3) não concorda com a postura dos professores que nas suas aulas de História não mencionam a história local, salientando que o ensino de história local “apresenta-se como um ponto de partida para a aprendizagem histórica, pela possibilidade de trabalhar com a realidade mais próxima das relações sociais que se estabelecem entre educador / educando / sociedade e o meio em que vivem e atuam”.

Referente a questão da abordagem pela professora sobre os lugares que compõem o patrimônio histórico/cultural local, houve uma divergência nas respostas dos alunos porque a maioria dos alunos do CESB disseram que sua professora de História “nunca” abordou os lugares históricos de sua cidade durante as aulas, enquanto a maioria dos alunos do Tancredo Neves afirmaram que sua professora “quase sempre” falava sobre estes locais.

Os professores do CESB devem olhar com atenção a escolha dos conteúdos que irão ensinar na sala de aula, não se atendo ao livro didático, pois este não contempla a história local, o que faz com que o ensino de História fique restrito, reduzindo-se a um caráter livresco. Eles devem diversificar sua metodologia, direcionando-a para um ensino que contemple abordagens dos lugares históricos e culturais da cidade. Os professores do Tancredo Neves demonstraram maior compromisso com um ensino de História que desperte o interesse do alunado, pois quando se fala da história local o interesse é maior por parte do aluno.

Giroux e Simon (1994) citados por Barros (2016), concordam com os professores do Tancredo Neves e ressaltam que eles devem “sempre” falar sobre o patrimônio histórico local, porque, são “abordagens desse tipo que apresentam um ganho pedagógico para os estudantes ao tornar disponíveis “aquelas narrativas, histórias locais e memórias que foram excluídas e marginalizadas nas interpretações dominantes da história” (p. 18).

Foi informado pela maioria dos alunos do CESB que sua professora nunca lhes solicitou que trouxessem fotos, documentos e demais objetos antigos da cidade, e a maioria dos alunos do Tancredo Neves disseram que quase sempre lhes era feito este pedido.

Estes resultados demonstram que os professores do Tancredo Neves realizam um ensino de História voltado para a realidade dos alunos, o que pode conduzir para uma aprendizagem mais significativa do que a dos alunos do CESB. Os professores do CESB, embora se mostrassem preocupados com o ensino voltado para a preservação e valorização do patrimônio e memória, precisam entender que um ensino de História é mais produtivo se a história local for considerada prioritária, uma vez que irá despertar nos alunos o interesse em aprender a disciplina História. Quando, no ensino de História, são esquecidas as identidades

locais nos currículos escolares, se esquece e se renega traços importantes da região onde o aluno vive e, desta forma, ele não sentirá prazer em aprender a história de outros locais que sequer conheceu.

Barros (2016) compartilha a postura dos professores do Tancredo Neves ao afirmar que no ensino de História deve ser levada em consideração a experiência de vida do aluno, é “necessária uma perspectiva teórico-metodológica que fale da vida das pessoas, das memórias e lembranças dos sujeitos de todos os segmentos sociais. É preciso dar voz á histórias desses sujeitos que sempre estiveram excluídos dos conteúdos ensinados” (p. 17).

Souza (2012) citado por Santos (2015) não concorda com os professores do CESB porque não dão ênfase à história local através de objetos e narrativas históricas, afirmando que se perdem “identidades e memórias coletivas associadas às vivências do contexto local, quando a prática do profissional de História deixa de lado o conjunto de abordagens da história cotidiana através dos suportes, tais como: cordéis, músicas, poesias, fotografias, filmes, documento de arquivos, entre outros” (p. 54). Além disto, não solicitar objetos e documentos históricos aos alunos, ou seja, não dar atenção “a esses suportes que contam as trajetórias do lugar, esvazia a ideia de pertencimento” (p. 54).

A maioria dos alunos do CESB e dos alunos do Tancredo Neves afirmaram que nunca foram realizados ações de incentivo a valorização do patrimônio histórico. Esse resultados

Estes resultados sinalizam para o fato de que a maioria dos professores entrevistados nesta pesquisa, não se preocupam em administrar um ensino de História que desperte o interesse do alunado, porque quando a escola não dialoga com a comunidade, o processo de ensino/aprendizagem fica restrito aos muros escolares e a clientela escolar terá limitações na sua aprendizagem. Ao agirem desta forma, os professores estarão contribuindo para que as histórias dos alunos sejam relevadas ao seu conhecimento.

Siqueira, Cardoso e Cesar (2012) ressaltam que o professor de História deve extrapolar o conteúdo de sua disciplina, e que a “lousa não deixa de existir, as provas continuam a serem cobradas, o livro didático permanece como ferramenta de aprendizado, mas o conhecimento, pela dinâmica transdisciplinar adquirida na contemporaneidade não se limita a esses elementos (p. 163). Todos os alunos dos dois colégios participantes desta

pesquisa informaram que os professores nunca *realizavam* excursões aos prédios antigos da sua cidade.

O professor de História não deve limitar seu trabalho educativo ao espaço da sala de aula. Deve extrapolar os muros da escola e avançar em direção de outros espaços que permitam a aquisição de conhecimentos. Para realizar um ensino significativo deve procurar inovar a sua metodologia e buscar novas estratégias de ensino. Sabe-se que a história local é formadora de conhecimentos históricos e de construção de identidades sociais, portanto, deve-se procurar um contato maior com objetos e obras históricas e culturais, para que a aprendizagem se torne profícua.

Santos (2016) é discordante dos professores que, durante o ensino de História, não levam os alunos a visitarem prédios históricos, afirmando que a “proximidade entre passado e presente, auxilia nas construções de noções de ação e intervenção direta dotada de uma consciência histórica, [...], onde a população se sintam mais participe da vida política e social da localidade, região, nação e mundo (p. 4).

Siqueira, Cardoso e Cesar (2012) também discordam dos professores deste estudo e defendem as excursões e visitas aos prédios antigos das cidade, como uma estratégia de ensino, e ressaltam que as excursões a estes prédios contribui para “uma desterritorialização dos espaços de aprendizado, visto que sem eliminar a aula expositiva e os exercícios de sala de aula, aprende-se e ensina-se História em muitos espaços e por muitos meios” (p. 164).

A preservação do patrimônio cultural da cidade, segundo os alunos do Tancredo Neves, sempre era motivo de questionamentos por parte dos professores, que demonstravam a importância dessa preservação para as gerações futuras. Entretanto, os professores do CESB raramente mencionavam essa importância, disseram os alunos.

Quando se fala em patrimônio se faz referência a algum bem que pode ou não ser deixado de herança para alguém. Desta forma, se falar em patrimônio cultural significa que é um produto de cultura que foi herdado pela geração atual e que deve ser conservado para as gerações vindouras, por isso, é essencial que sua preservação seja falada pelos professores nas aulas de História.

Constatou-se determinados pontos divergentes entre algumas respostas dos professores e alunos entrevistados, percebeu-se que os professores do Colégio Tancredo Neves realizam um ensino de História mais comprometido com a formação da identidade histórica dos alunos, enquanto os professores do CESB parecem se restringir a um ensino mais tradicional, abordando de forma menos enfática a história local.

CONCLUSÃO

Os resultados dessa pesquisa demonstraram que a hipótese foi positiva, ou seja, o ensino de história contribuiu para a preservação e valorização do patrimônio e memória local na construção de valores socioeducativos.

Considerar a preservação do patrimônio histórico como uma questão de cidadania na construção de valores socioeducativos implica reconhecer que, como cidadão temos o direito à memória, mas também o dever de contribuir para a manutenção desse rico e valioso acervo cultural de nosso país e conseqüentemente do local em que vivemos. A pesquisa buscou refletir sobre o ensino de história na preservação e valorização do patrimônio, memória local. Os investigados reconhecem a importância da história na construção desses valores e admitem o papel fundamental da instituição escolar no exercício e formação da cidadania de nossos jovens é por isso que defendemos a necessidade de que a temática do patrimônio histórico seja sempre tratada e defendida no processo de ensino-aprendizagem.

A partir do seu presente e de suas experiências, alunos e professores podem se apropriar da história como uma ferramenta com a qual romperiam, destruiriam e decifriariam a linearidade da história, fazendo com que ela perca o seu poder como única fonte de orientação para a compreensão do presente.

Trata-se aqui, da possibilidade de aproximar o professor das formas como são produzidos os saberes, permitindo que se aproprie e ou se construa formas pelas quais esses saberes possam ser aprendidos e socializados.

Assim, a disciplina de história, através do trabalho do professor, pode, tornar possível a construção de uma identidade cultural bem como desenvolver a consciência preservacionista de nossos bens culturais, ao mesmo tempo que reforçamos o discurso hegemônico predominante, que nossa cidade tem passado, memória e história que devem ser preservados para atuais e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

- Abreu, R.; Chagas, M. (2004). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, Rio de Janeiro, DP&A.
- Abud, K. (2014). *Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola Secundaria*. 4. ed. São Paulo: Contexto.
- Barros, C. H. F. (2016). O ensino de história, memória e história local. *Brasil Escola*.
Artigo NET. Disponível em
<http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/historia/ensino-historia-memoriahistoria-local.htm>> Acesso em 8 jan 2018.
- Bittencourt, C. M. F. (2009). *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*. Editora Cortez: São Paulo.
- Fernandes, L. Z. (2004). *Patrimônio cultural e saber histórico escolar*. Dissertação apresentada à Universidade Federal do Paraná, UFP, para obtenção do grau de Mestre em Educação. Disponível em
<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/34227/R%20-%20D%20%20LINDAMIR%20ZEGLIN%20FERNANDES.pdf?sequence=1>
> Acesso em 20 nov 2017.
- Gil, C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Hobsbawm, E. (1984). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

Medeiros, M. C.; Surya, L. (2012). *A Importância da Educação Patrimonial Para a Preservação do Patrimônio*. Rio de Janeiro. Manual X.

Moreira, R. N. P. (2011). *História e Memória: Algumas observações*. Disponível em <http://pablo.deassis.net.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-eMem%C3%B3ria.pdf>> Acesso em 12 dez 2017.

Nascimento, L. J.; Schier, D. A. (2016). A influência do ensino de história na educação infantil e formação do aluno miranda, *Educação em Foco*, Edição nº: 08.

Oriá, R. (2001). *Memória e Ensino de História*. 5. ed. São Paulo: Contexto.

Pacheco, R. A. (2010). Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 60, p. 143-154.

Pelegri, S. C. A. (2007). Os bens intangíveis e as políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil: histórias, narrativas e memórias. *III Encontro De História Da Arte – IFCH / UNICAMP*.

Pereira, J. C. C.; Pacheco, M. B. (2013). *O Ensino de História nas Séries Iniciais*. Editora FTD. São Paulo. Citado por Nascimento, M. L. J.; Afonso, S. D. (2016). A influência do ensino de história na educação infantil e formação do aluno. *Educação em Foco*, Edição nº 08. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/VOvTHqqQ.pdf>. Acesso em: 18 jan 2018.

Rocha, T. S. F. (2012). Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. *XVIII Encontro Regional, ANPUH, MG, 24 a 27 de julho*.

Rüsen, J. (2001). *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

Patrimônio e Memória...

Sampieri, R. H.; Collado, C. F.; Lucio, M. P. B. (2014). *Metodologia de Pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Livraria Cultura.

Silva, V. G. (2007). *Um olhar sobre o patrimônio cultural: proposta da inclusão da educação patrimonial no currículo do curso de Pedagogia da Universidade*

Estadual de Goiás. Dissertação apresentada à Universidade Católica de Goiás, para obtenção do título de Mestre. Disponível em

<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/2301/1/Vagnar%20Goncalves%20da%20Silva.pdf>> Acesso em 2 mar 2018.

Souza, R. R. (2012). *O Ensino de História Local/História da Paraíba na cidade de Sapé: Notas Introdutórias*. Guarabira – PB: UEPB.

Santos, J. P. (2014). *Memória e Patrimônio Cultural de Vitória, ES: um estudo sobre as igrejas católicas do Centro da Cidade*. Dissertação apresentada à Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, para obtenção do título de Bacharel em Geografia.